

SIMULADO GRÁTIS:

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS



**PMMG
2021**

OFICIAL

**40 QUESTÕES ATUALIZADAS
PROPOSTA DE REDAÇÃO
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
04H**

**"O SUCESSO É A
SOMA DE
PEQUENOS
ESFORÇOS
REPETIDOS DIA
APÓS DIA"**



SimuladosBR.Net



PROVA OBJETIVA

Direito Administrativo

01. Com relação aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

A Em observância à autonomia da vontade, respeitada a prevalência do interesse público, os acordos entre particulares e a administração pública afastam a incidência de normas de direito público.

B Na doutrina, prevalece o entendimento de que a falta de publicação dos atos administrativos não impede que eles adquiram eficácia, embora o agente público responsável por essa omissão possa responder por ato de improbidade administrativa.

C O princípio da eficiência foi introduzido na Constituição Federal de 1988 como parte do esforço para a reforma gerencial da administração pública.

D O princípio da impessoalidade não impede que um agente público eleito insira, em propaganda oficial da administração pública, o slogan da sua candidatura ou do seu partido, porquanto esses dizeres se referem ao projeto político vencedor das eleições.

02. Sobre o poder discricionário é correto afirmar:

A Implica em liberdade de atuação administrativa, sempre dentro dos limites expressamente estabelecidos pela lei ou dela decorrentes.

B A razoabilidade não integra o rol dos princípios jurídicos administrativos.

C A arbitrariedade e proporcionalidade são utilizadas para controlar a discricionariedade administrativa, trata-se de controle de mérito administrativo.

D Não é necessário que os meios empregados pela administração sejam adequados à consecução do fim almejado.

03. Transeunte que sofrer dano decorrente de serviço público ou de ato de servidor público

A será sempre ressarcido pela Administração Pública, independentemente de eventual dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).

B poderá ser ressarcido somente pelo servidor responsável pelo evento danoso.

C poderá ser ressarcido pela Administração Pública, caso o evento não tenha ocorrido por dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).

D será ressarcido somente na hipótese de comprovação de dolo ou culpa do servidor responsável.

04. Assinale a opção que indica uma comprovação que, se exigida, na fase de habilitação nos

processos licitatórios, estará em desacordo com a Lei nº 8.666/93 (Lei de licitações):

A Regularidade fiscal e trabalhista.

B Habilitação jurídica.

C Quantitativo pessoal.

D Qualificação econômico-financeira.

05. Assinale a alternativa que apresenta os cinco requisitos dos atos administrativos.

A Competência, finalidade, tipicidade, objeto e motivo.

B Competência, agilidade, forma, finalidade e objeto.

C Competência, moralidade, forma, motivo e objeto.

D Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Direito Constitucional

06. No que diz respeito ao instituto do poder constituinte, a doutrina constitucionalista cunhou a expressão “poder constituinte difuso”. Assinale a alternativa que corretamente contempla uma forma de manifestação dessa modalidade do poder constituinte pátrio.

A A mutação constitucional.

B O poder constituinte supranacional.

C O controle de constitucionalidade in concreto.

D As leis orgânicas municipais.

07. No que diz respeito aos direitos políticos assegurados na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A O referendo não é considerado como uma forma de exercício direto da soberania popular.

B Em todas as hipóteses, no Brasil, o alistamento e o voto serão obrigatórios, inclusive para os maiores de setenta anos de idade.

C Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são alistáveis e elegíveis.

D São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de estado, de Território ou do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

08. A Constituição Federal, apesar de assegurar a independência recíproca do Poder Executivo e do Poder Legislativo, prevê mecanismos de freios e contrapesos para que um Poder controle o outro.

NÃO se inclui entre esses mecanismos a competência

A do Congresso Nacional para aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

B do Congresso Nacional para autorizar, previamente, a intervenção federal, bem como para suspender essa medida.

C do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

D do Congresso Nacional para autorizar, previamente, o estado de sítio, bem como para suspender essa medida.

09. As atribuições do Presidente da República poderão ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Dentre outras, são atribuições que poderão ser delegadas:

A celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

B prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

C conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

D iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.

10. No que diz respeito ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

A O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

B Os tribunais, por sua função jurisdicional, não elaboram propostas orçamentárias.

C Somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

D É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.

Direito Penal

11. Analise a seguinte situação hipotética: três chilenos, revoltados com a derrota da seleção de

futebol de seu país para o Brasil, depredaram uma sede internacional da Petrobras, localizada em Paris (França). Nesse caso, eles estão sujeitos à aplicação da lei penal brasileira, uma vez que se trata de hipótese de

A território brasileiro por extensão.

B territorialidade mitigada.

C extraterritorialidade condicionada, em razão do princípio cosmopolita.

D extraterritorialidade incondicionada, em razão do princípio da defesa.

12. No que se refere ao tema da aplicação das leis penais, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I – A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mesmo tendo sido decidido por sentença transitada em julgado.

II – A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, inclusive sobre os afetados por leis temporárias ou excepcionais.

III – A lei excepcional ou temporária, depois de decorrido o tempo de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.

A Apenas o item I é verdadeiro.

B Apenas o item II é verdadeiro.

C Apenas o item III é verdadeiro.

D Apenas os itens II e III são verdadeiros.

13. Assinale a alternativa correta no que concerne ao concurso de pessoas.

A Para a caracterização do concurso de pessoas, adotou-se, como regra, a teoria pluralista.

B Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

C Em caso de concurso de pessoas, o estrito cumprimento de dever legal configurado em relação a um dos agentes não se estende aos demais envolvidos no fato típico, sejam eles coautores ou partícipes.

D A coautoria é a modalidade de concurso de pessoas em que o sujeito não realiza diretamente o núcleo do tipo penal, mas de qualquer modo concorre para o crime.

14. João, fiscal de um Município do Estado Alfa, passava por uma rua de comércio popular com a família, quando seu filho avistou um comerciante vendendo balões de personagens infantis e insistiu que queria um. João, então, se dirigiu ao vendedor e exigiu que ele lhe desse o balão pretendido pelo filho, que estava sendo vendido para outro casal, dizendo que trabalhava para a Prefeitura e que, se

não fosse atendido, chamaria a guarda municipal para apreender os objetos e lavar o auto próprio. Ao proceder da forma narrada, João praticou, em tese, a conduta tipificada como:

- A extorsão;
- B concussão;
- C corrupção passiva;
- D exercício arbitrário das próprias razões.

Direito Penal Militar

15. Como se denomina toda ação ou omissão contrária às obrigações ou aos deveres militares estatuídos nas leis, nos regulamentos, nas normas e nas disposições em vigor que fundamentam a Organização Militar, desde que não incidindo no que é capitulado pelo Código Penal Militar como crime?

- A Contravenção disciplinar.
- B Crime militar.
- C Pena disciplinar
- D Disciplina militar.

16. Sobre a imputabilidade penal e concurso de agentes previstos no Código Penal Militar, analise as proposições a seguir:

I. Não é imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

II. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

III. A pena é atenuada com relação ao agente cuja participação no crime é de menor importância.

IV. A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

Estão CORRETAS

- A I, II, III e IV.
- B I, III e IV, apenas.
- C III e IV, apenas.
- D II e IV, apenas.

17. Uma das causas extintivas da punibilidade, previstas no Código Penal Militar, é a (o)

- A restituição imediata da coisa no furto de uso
- B ressarcimento do dano causado no furto simples, antes de instaurada a ação penal.
- C ressarcimento do dano, no peculato culposos.
- D ressarcimento do dano, no estelionato.

18. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes militares em tempo de paz.

- A Para a tipificação do crime de violência contra superior, há necessidade de que da violência resulte, ao menos, lesão corporal de natureza leve.
- B Pratica o crime de desacato a superior o Soldado da Polícia Militar, da ativa, que, dentro da sala de um Tenente da Instituição, ofende-lhe a dignidade, ainda que não se encontre mais ninguém no local.
- C O crime de oposição à ordem de sentinela exige que o autor seja, no máximo, de igual graduação da sentinela.
- D Pratica o crime de desrespeito a superior o Soldado da Polícia Militar, da ativa, que, diante de um Sargento da Polícia Militar, reformado, desrespeita um Tenente da Instituição.

Direito Processual Penal Militar

19. Com relação à “Deserção de Oficial”, prevista no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- A O oficial desertor será reformado, permanecendo nessa situação ao apresentar-se ou ser capturado, até decisão transitada em julgado.
- B Recebido o termo de deserção e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por três dias, ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
- C Recebido o termo de deserção e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por dois dias, ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
- D Transcorrido o prazo para consumir-se o crime de deserção, o comandante da unidade, ou autoridade correspondente ou ainda a autoridade superior, fará lavrar o termo de deserção circunstanciadamente, inclusive com a qualificação do desertor, assinando-o com duas testemunhas idôneas, publicando-se em boletim ou documento equivalente, o termo de deserção, acompanhado da parte de ausência.

20. A respeito do inquérito policial militar (IPM), assinale a alternativa correta.

- A O IPM consiste em apuração sumária de fato, o qual, legalmente, represente crime militar e de sua autoria.
- B O IPM é um procedimento investigatório sigiloso, ao qual não pode ter acesso o indiciado, que sequer pode constituir advogado ou defensor.
- C O IPM tem o caráter de instrução definitiva.
- D Quando de uma sindicância feita no âmbito da Administração Militar resulte em indício de existência de infração penal militar, não será mais possível a instauração do IPM, sendo cabível apenas a medida disciplinar.

21. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que a ação penal militar é

- A pública e incondicionada, sendo vedada a ação penal pública condicionada e a ação penal privada.
- B em regra, pública e incondicionada, admitindo-se, em determinados casos, ação penal pública condicionada e ação penal privada subsidiária da pública.
- C pública condicionada e incondicionada, dependendo da exigência no tipo penal de representação, sendo vedada a ação penal privada subsidiária da pública.
- D em regra, pública condicionada e incondicionada, dependendo da exigência no tipo penal de representação, admitindo-se ação penal privada subsidiária da pública.

22. Em relação a juiz, a auxiliares e a partes do processo, de acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- A A suspeição não poderá ser declarada e nem reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou, de propósito, der motivo para criá-la.
- B O juiz dar-se-á por suspeito e, se o não fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes no processo em que seu cônjuge tiver atuado como advogado.
- C O juiz é considerado impedido de exercer jurisdição no processo em que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.
- D Os peritos e intérpretes serão de nomeação do juiz obrigatoriamente entre oficiais da ativa, razão pela qual não necessitam prestar compromisso de desempenhar a função com obediência à disciplina judiciária.

Direitos Humanos

23. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 surge no pós-guerra como reação aos horrores vivenciados pelo mundo com as experiências nazifascistas. Dentre as seguintes

alternativas, assinale a que NÃO representa uma garantia prevista nesse importante instrumento.

- A Direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- B Direito à prestação jurisdicional efetiva para defesa contra atos que violem direitos fundamentais.
- C Direito de acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em duplo grau de jurisdição no caso de ações propostas diretamente no Supremo Tribunal Federal.
- D Direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

24. Em face do que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos quanto ao direito de defesa da pessoa acusada da prática de um delito,

- A é direito do acusado, sempre que o interesse da justiça assim o exija, ter um defensor designado ex officio, que atuará gratuitamente.
- B o Estado deve dispor de um órgão de assistência jurídica encarregado da defesa dos acusados que demonstrarem insuficiência de recursos.
- C a defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso o Estado não disponha de meios para lhe proporcionar um defensor.
- D é obrigatória a existência de defesa técnica, fornecida pelo Estado, caso o acusado não indique advogado de sua confiança e nem se defenda por si mesmo.

Direito Processual Penal

25. Sobre as regras legais do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A A lavratura de boletim de ocorrência pelo ofendido não é meio hábil para iniciar o inquérito policial.
- B A autoridade policial não poderá mandar instaurar inquérito após comunicação verbal de suposto crime feita por pessoa do povo.
- C Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, só caberá recurso para o governador.
- D Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

26. Assinale a alternativa correta sobre a ação penal privada.

- A É regida pelos princípios da legalidade ou obrigatoriedade, oportunidade ou conveniência, da disponibilidade e da indivisibilidade.
- B Divide-se em ação penal privada propriamente dita, ação penal privada personalíssima e ação privada subsidiária da pública.

C O princípio da oportunidade confere ao ofendido a possibilidade de promover o perdão, fazendo extinguir a punibilidade.

D O prazo para o exercício do direito de queixa é prescricional.

27. Ao chegar a um local de crime, a primeira ação da autoridade policial deverá ser

A realizar a oitiva do ofendido e apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato até a chegada dos peritos.

B determinar, se for o caso, que se proceda ao exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.

C colher informações sobre a vida pregressa e o estado de ânimo do indiciado se tiver ocorrido a situação flagrancial.

D preservar o local para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos.

28. Caberá impetração de habeas corpus de cunho preventivo

A com o fim de reexame de provas, na hipótese de condenação contrária à prova dos autos.

B contra ação penal em curso a que a pena de multa seja a única cominada.

C caso ameaça de constrangimento à liberdade de ir e vir se constitua de forma concreta e iminente.

D para proteger pessoa jurídica, na condição de corré em ação penal, contra ilegalidade ou abuso de poder.

Legislação Extravagante

29. Trata-se de crime de preconceito de raça ou de cor previsto na Lei nº 7.716/1989

A injuriar outrem chamando-o de "banana".

B prender em flagrante Auditor-Fiscal do Trabalho de cor de pele preta que solicita vantagem indevida a particular para deixar de praticar ato de ofício obrigatório.

C impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público, em razão de raça, cor ou etnia.

D apelidar jovem jogador de futebol de "novo Pelé" em razão da cor de sua pele.

30. Configura crime hediondo

A a posse ou o porte de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.

B o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de adolescente.

C o crime de epidemia, em todas as modalidades.

D o crime de extorsão praticado com emprego de arma de fogo.

31. Acerca da Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre atos de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

A São penalidades da referida lei ressarcimento ao erário, suspensão dos direitos políticos, prisão, multa e proibição de contratar com o poder público.

B A lesão ao erário, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, constitui ato de improbidade administrativa.

C A lei em questão somente se aplica aos agentes públicos, não alcançando terceiros que eventualmente concorram na conduta ímproba.

D Dada a natureza do ato de improbidade administrativa, são vedados transação, acordo ou conciliação entre as partes da ação de improbidade administrativa.

32. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: física, psicológica, sexual e patrimonial. É correto afirmar que violência física é qualquer

A conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

B conduta que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

C outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

D conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

33. A Lei nº 12.850/2013 define o crime de organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal e os meios de obtenção da prova. Tal diploma legal estabelece que:

A a intervenção policial poderá ser retardada, mediante ação controlada, reclamando prévia autorização judicial;

B a infiltração de agentes exige prévia autorização judicial, assim como oitiva do Ministério Público em caso de representação da autoridade policial;

C poderá ser realizada colaboração premiada, participando das negociações do acordo o juiz, o Ministério Público e o acusado assistido por advogado;

D o sigilo da investigação poderá ser determinado pela autoridade policial para garantia da celeridade e eficácia das diligências investigatórias, impedindo, nessa hipótese, acesso da defesa aos elementos produzidos.

34. Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- A A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- B Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.
- C São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.
- D A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.

Legislação Institucional

35. O Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais rege importantes questões atinentes às missões e a estrutura das carreiras dos militares do Estado de Minas Gerais. Segundo o Estatuto, é importante saber que

- A as Praças são responsáveis pelo trabalho operacional e a Gestão do Serviço e o trabalho administrativo da incumbência dos Oficiais.
- B o Militar do Estado que ocupar cargo temporário fora da instituição em outro órgão público poderá optar pela manutenção do seu soldo na ativa.
- C ao Policial Militar é vedado o exercício de quaisquer outras atividades remuneradas, enquanto estiver no serviço ativo.
- D o Policial Militar reformado é vedado o uso de uniforme.

36. Com base no Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM – Lei n. 14.310/02, marque a alternativa CORRETA.

- A A sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter repressivo e educativo.
- B A repreensão consiste em uma admoestação verbal ao transgressor.
- C A advertência consiste em uma censura formal ao transgressor.
- D A demissão é uma das sanções disciplinares previstas no CEDM.

Língua Portuguesa

37. Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam a mesma regra de acentuação gráfica.

- A Destruída – critério – obediência.
- B Contemporâneo – indivíduo – critério.
- C Destruída – princípio – indivíduo.
- D Âmbito – álbum – hábito.

38. Existe erro de concordância verbal no seguinte período:

- A Havia muitas mulheres na festa.
- B Existia provas contra eles.
- C Trata-se de doenças contagiosas.
- D Vendem-se apartamentos na cidade.

39. O emprego do acento grave indicativo da crase se faz necessário somente na alternativa:

- A Marcos andou a pé até o trabalho.
- B Estava prestes a chorar.
- C A medida que anoitecia, o medo aumentava.
- D Estela ficou frente a frente com o investigador.

40. Com base nas regras de regência verbal e nominal, marque a alternativa INCORRETA.

- A Temos de advertir ao prezado cliente que sempre aceitamos sugestões.
- B O garoto não tinha ideia do que lhe podia advir.
- C Mandaram chamar o médico que assistiu este doente.
- D Notifique-lhe de que o diretor o convocou para a reunião.

Rascunho

PROVA DISSERTATIVA

- A Prova Dissertativa possui caráter **eliminatório** e **classificatório**, ela deverá conter, no máximo, **30 (trinta) linhas** e, no mínimo, **120 (cento e vinte) palavras**, tendo valor de 100 (cem) pontos.
- Será atribuída **NOTA ZERO** à prova dissertativa (redação): **a)** cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido; **b)** que fuja da tipologia, tema e proposta da redação; **c)** considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português; **d)** que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta; **e)** cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor; **f)** que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.
- A prova dissertativa (redação) **com mais de 30 (trinta) linhas e/ou menos de 120 (cento e vinte) palavras** será penalizada com a perda de 05 (cinco) pontos por linha que passar e de 01 (um) ponto por palavra que faltar.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

No terreno que um dia abrigou as Cavalariças Imperiais, perto da Quinta da Boa Vista, na zona norte do Rio de Janeiro, hoje se constrói uma usina solar para abastecer o Museu Nacional, que passa por um processo de reconstrução após o incêndio de 2018. O projeto de geração de energia dentro de área urbana é um retrato do crescimento do mercado de energias renováveis no país, que passou quase sem sentir os efeitos da pandemia e prevê aceleração após a aprovação de marco regulatório em discussão no Congresso.

O texto estabelece regras para o funcionamento da chamada geração distribuída, negócio que permite a compra de participação em usinas renováveis por indústrias, comércio e até residências.

“É importante porque vai estabelecer em lei, pela primeira vez no Brasil, o direito do consumidor gerar sua energia renovável”, diz o presidente-executivo da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Rodrigo Sauer. Mesmo antes da aprovação do texto, porém, o segmento já vem se aproveitando da busca por alternativas à escalada no preço da energia e pela crescente pressão por descarbonização das atividades econômicas.

Em 2020, o setor de energia solar recebeu investimentos de R\$ 12,1 bilhões, alta de 50% em relação ao ano anterior. Na semana passada, a Absolar comemorou a marca de 10 GW (gigawatts) instalados, o que põe o Brasil na décima-quarta posição do ranking global. O ano de 2021 começou acelerado. “Nosso faturamento cresceu 67% de janeiro a junho”, diz Artur Cantador Bernardo, presidente da Dinâmica Energia Solar, empresa que atua na construção e montagem de fazendas solares, com braços em outras etapas da cadeia, como importação de equipamentos.

Energias renováveis mantêm crescimento e abrem vagas durante a pandemia. Disponível em: <https://www.jornaldebrasil.com.br>

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Energias renováveis como mecanismo de sustentabilidade.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

SimuladosBR

Gabarito**Simulado Grátis – Polícia Militar de Minas Gerais****NÍVEL SUPERIOR****CFO/2022 (Cadete/Aspirante/Tenente)**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	C	C	D	A	D	B	C	D	D	A	B	B	A	A	C	B	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	D	D	B	D	C	C	B	B	A	B	C	B	D	B	B	C	D

MODELO DE REDAÇÃO

A sustentabilidade, conceito que surgiu no século XX, consiste no ideal de desenvolvimento para a geração atual, sem comprometer o suprimento das necessidades das gerações futuras. Entretanto, essa proteção não ocorre plenamente em decorrência do uso excessivo de combustíveis fósseis para o fornecimento de energia, problemática consolidada desde a Revolução Industrial. Assim, é possível discutir acerca do uso de energias renováveis como ferramenta capaz de suprir as dependências sociais e industriais atuais sem comprometer o futuro.

Em primeira análise, a queima excessiva de combustíveis fósseis é uma problemática persistente nos dias atuais. Acerca disso, sabe-se que, desde a Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, o uso de fontes como o petróleo e o carvão mineral - para o suprimento energético - gera grandes impactos ambientais em decorrência da emissão de gases poluentes durante a combustão. Prova dessa realidade é o aquecimento global, um problema que é intensificado a cada ano, devido aos gases emitidos na queima desses combustíveis, que intensificam o efeito estufa e acabam aumentando a temperatura média da Terra. Logo, é possível perceber que a proteção das necessidades das gerações futuras, defendida pelo conceito da sustentabilidade, é fortemente ferida em razão de tal problemática consolidada desde os tempos passados.

Em segunda análise, deve-se analisar a utilização das energias renováveis como mecanismo de sustentabilidade. Sobre isso, sabe-se que as fontes de energia como, a solar e a eólica, além de não poluir o meio ambiente, também são inesgotáveis, sendo importantes para o desenvolvimento sustentável atual e das gerações futuras. Como exemplo disso, tem-se os dados do Balanço Energético Nacional (BEN), que apontam que quase 50% da matriz energética do Brasil é oriunda de fontes renováveis, promovendo, assim, uma redução nos impactos ambientais gerados pela utilização intensa dos combustíveis fósseis na produção industrial. Dessa forma, tais matrizes energéticas são, de fato, importantes para a consolidação de um desenvolvimento social e econômico capaz de atender as necessidades atuais, sem comprometer o futuro. Indubitavelmente, são necessárias novas medidas públicas de modo a incentivar o uso, em escala global, de energias renováveis.

Portanto, em virtude dos fatos mencionados, cabe à Organização das Nações Unidas (ONU), junto às principais potências mundiais, desenvolver projetos para a substituição de combustíveis fósseis para as fontes renováveis na matriz energética mundial, por meio da concessão de verbas para os países para a implantação de uma rede de produção de energia de origens não poluentes, a fim de reduzir os impactos ambientais, como o aquecimento global. Dessa maneira, com a colaboração de todas as partes, será possível garantir boas condições para atender as necessidades populacionais dos dias atuais e do futuro.